

Processo Administrativo nº: 2026015972

UASG nº: 933817

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 90036/2026

Objeto Aquisição de solução integrada de sinalização viária, composta por veículo espécie carga tipo Veículo Urbano de Carga - VUC chassi cabine automotor, novo, zero km, implementado com conjunto operacional de pintura, incluindo entrega técnica, treinamento e garantia integral, visando atender as demandas da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Informações e/ou solicitação de esclarecimento ao Edital de Licitação e seus anexos deverão ser enviados para o e-mail: cplsaude@catalao.go.gov.br ou sec.provisao@catalao.go.gov.br ou através de campo próprio do Sistema Eletrônico - <http://www.comprasnet.gov.br/>.

Impugnações, Recursos e Contrarrazões deverão ser enviados através de campo próprio do Sistema Eletrônico - <http://www.comprasnet.gov.br/> ou nos e-mails: cplsaude@catalao.go.gov.br ou sec.provisao@catalao.go.gov.br

Todos os atos referentes ao processo serão disponibilizados no Sistema Eletrônico - <http://www.comprasnet.gov.br/> e no Site da Prefeitura Municipal de Catalão - www.catalao.go.gov.br.

Não serão repassadas informações a respeito do certame por telefone.

ÍNDICE

1. Do Objeto;
2. Da Dotação Orçamentária;
3. Do Pedido de Esclarecimento, Impugnação ao Edital e Recurso Administrativo;
4. Do Credenciamento;
5. Da Participação na Licitação;
6. Da Apresentação da Proposta Comercial Preliminar;
7. Da Abertura da Sessão Pública, Classificação das Propostas e Formulação de Lances;
8. Do julgamento das Propostas;
9. Da Aceitabilidade da Proposta Ajustada ao Último Lance;
10. Da Documentação Habilitatória;
11. Da Declaração da Licitante Vencedora e Recebimento da Proposta Comercial Definitiva;
12. Da Reabertura da Sessão Pública;
13. Da Fase Recursal
14. Da Adjudicação e Homologação
15. Do Reajuste de Preços
16. Das Sanções Administrativas
17. Das Disposições Finais

ANEXOS

- I – Termo de Referência;
- II – Modelo de Proposta de Preços;
- III – Minuta do Contrato de Fornecimento

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2026

DO PREÂMBULO

PROCESSO:	2026015972
INTERESSADO:	Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão
MODALIDADE DA LICITAÇÃO:	Pregão Eletrônico Tradicional
TIPO DA LICITAÇÃO:	MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE E MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM
JULGAMENTO:	MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE E MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM
REGIME DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:	Entrega única, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e anexos.
OBJETO:	Aquisição de solução integrada de sinalização viária, composta por veículo espécie carga tipo Veículo Urbano de Carga - VUC chassi cabine automotor, novo, zero km, implementado com conjunto operacional de pintura, incluindo entrega técnica, treinamento e garantia integral, visando atender as demandas da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATE	20/05/2026 às 08:30h/min.
DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO:	03/06/2026 às 08:30h/min
HORÁRIO:	08:30h/min
PREGOEIRA	SYNARA DE SOUSA LIMA COELHO
LOCAL:	<p>Informações e/ou solicitação de esclarecimento ao Edital de Licitação e seus anexos deverão ser enviados para o e-mail: cplsaude@catalao.go.gov.br ou sec.provisao@catalao.go.gov.br ou através de campo próprio do Sistema Eletrônico - http://www.comprasnet.gov.br/.</p> <p>Impugnações, Recursos e Contrarrazões deverão ser enviados através de campo próprio do Sistema Eletrônico - http://www.comprasnet.gov.br/ ou nos e-mails: cplsaude@catalao.go.gov.br ou sec.provisao@catalao.go.gov.br</p> <p>Todos os atos referentes ao processo serão disponibilizados no Sistema Eletrônico - http://www.comprasnet.gov.br/ e no Site da Prefeitura Municipal de Catalão - www.catalao.go.gov.br.</p> <p>Não serão repassadas informações a respeito do certame por telefone.</p>
DISPONIBILIDADE DO EDITAL E ANEXOS:	Departamento de Licitações e Contratos, nos horários compreendidos entre 08:00h às 13:00h e das 15:00h às 17:00h ou no endereço eletrônico: < http://www.catalao.go.gov.br/>
MODO DE DISPUTA	ABERTO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O **MUNICÍPIO DE CATALÃO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.505.643/0001-50, por meio da Secretaria de Provisão e Suprimentos, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 03/06/2026, às 08h30min - Horário de Brasília

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 03/06/2026, às 08:30 h./min. - Horário de Brasília.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE E MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM

MODO DE DISPUTA: Aberto

INTERVALO DE LANCES: 1% (um por cento) *O lance ofertado deverá ser apresentado com precisão de até 2 (duas) casas decimais (até 2 (dois) dígitos após a vírgula).

PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO.

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: <http://www.comprasnet.gov.br/>

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O certame será processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 1.877, de 20 de março de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 79, de 12 de setembro de 2024, Instrução Normativa TCM/GO nº 0009/2023, da legislação complementar aplicável e da Instrução Normativa Municipal nº 001/2026.

OBSERVAÇÃO: Em caso de eventual diferença entre as especificações do objeto descritas no “Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)” e as especificações constantes neste Edital de Pregão Eletrônico (Termo de Referência), prevalecerão as últimas especificações.

1. O OBJETO

1.1. Aquisição de solução integrada de sinalização viária, composta por veículo espécie carga tipo Veículo Urbano de Carga - VUC chassi cabine automotor, novo, zero km, implementado com conjunto operacional de pintura, incluindo entrega técnica, treinamento e garantia integral, visando atender as demandas da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

e seus anexos.

1.1. A licitação é composta por 2 (dois) itens, porém obrigatoriamente entregue já integrado — a **equipamento especializado de pintura de sinalização viária**, configurando uma **solução única, indivisível e tecnicamente interdependente** conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2. Tendo em vista que nem todos os itens licitados possuem especificação e unidade de medida junto ao Sistema Comprasnet, em conformidade com Edital, registra-se que a descrição exata do objeto e sua unidade de medida é a contida no Termo de Referência, portanto, as licitantes deverão observar ao termo de Referência para elaboração da proposta de preços.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2026, conforme descrito abaixo:

Projeto de Atividade: Manutenção da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão.
Dotação Orçamentária: 05.0501.06.181.4309.4282.449052.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSO ADMINISTRATIVO

Pedido de Esclarecimento e Impugnação ao Edital

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidades na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.2.1. Caso a Administração não responda a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo supracitado, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, pelo Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, alternativamente, caso o Sistema retro citado estiver instável, encaminhar para o e-mail eletrônico sec.provisao@catalao.go.gov.br (solicitar a confirmação do recebimento por parte da Secretaria de Provisão e Suprimentos – Departamento de Pregões, para caracterizar a validade processual do ato).

3.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Recurso Administrativo

3.6. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. Será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do Sistema, sob pena de preclusão.

3.6.2. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do Sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na Plataforma Compras.gov.br.

3.7. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a presença de pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

3.8. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

3.9. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

3.10. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação ou de lavratura da ata, conforme previsão no artigo 165 da Lei n.º 14.133/2021.

3.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

3.12. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

3.13. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

3.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

3.15. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento é a condição para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida no site www.comprasnet.gov.br.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema da licitação ou da Administração por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (o cadastro no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compra/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas

de sua correta utilização, de acordo com as orientações que seguem no link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheça-o-compras/sicaf-digital>.

5.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2. Serão 02 itens ao total, cuja participação é: ampla, sem reserva de lotes para empresas de pequeno porte e itens exclusivos para microempresas, respeitando o tratamento favorecido (direito ao desempate – empate ficto e prazo especial para a regularização fiscal) às entidades de menor porte, caso essas apresentem propostas iguais ou de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e apresentada por entidade de médio ou grande porte.

5.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante declarar a observância desse limite referente a essa licitação, conforme previsto no art. 4º, parágrafo 3º da Lei n.º 14.133/2021.

5.3. Não poderão disputar esta licitação:

5.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.3.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.3.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.3.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.3.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O impedimento de que trata o item **5.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **5.3.2** e **5.3.25.3.2** não poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.7. O disposto nos itens **5.3.2** e **5.3.3** não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.9. A vedação de que trata o item **5.3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.10. As sociedades cooperativas não poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.

5.11. Não será permitida a participação de empresas sob o regime de consórcio, obedecidas às condições dispostas no art. 15 da Lei n.º 14.133/2021.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR

6.1. Os Licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado, preço, marca, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, eis **MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE E MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, até o dia 03/06/2026 e o horário 08:30 hr/min, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

6.2. O Licitante cadastrará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.2.1. valor da proposta de preço por lote e por item licitado (o Licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço por lote e por item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Anexo I – Termo de Referência) Ainda, os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerando até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste Edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

6.2.2. Descrição Complementar do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, o prazo de validade, fabricante, marca, número do registro na Anvisa, sem identificação da empresa licitante (a não identificação citada trata-se do lançamento – cadastramento no Sistema de Compras, na proposta encaminhada via anexo, na fase de julgamento, deverá constar todos os dados pleiteados no termo de referência, além dos dados de identificação da empresa licitante).

6.3. Para o adequado cadastramento da proposta, o licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

6.4. Para cada item, o Licitante deverá cotar, 100% (cem por cento) do seu quantitativo total.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS

e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Administração.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação;

6.8.1. Poderá ser solicitado ao licitante a prorrogação do prazo de validade da Proposta por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido.

6.9. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, **sob pena de inabilitação**, que:

6.9.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.9.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.9.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.9.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo n.º 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.11. O Licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade

cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos parágrafos 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.12. Falsidade da declaração de que trata os itens **6.10** ou **6.11** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.13. Quando do cadastramento da proposta, o licitante poderá parametrizar o seu valor final, obedecendo às seguintes regras:

6.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no Sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.14.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no Sistema, quando adotado o critério de julgamento por MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE E MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM;

6.14.2. O valor final mínimo parametrizado na forma do item **6.13** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão promotor da Licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.15. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

Da Abertura da Sessão Pública

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados, eis dia 03/06/2026, horário às 8:30 hs/min.

7.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

7.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

7.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

Do Início da Disputa e Formulação de Lances

7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.8. O lance deverá ser ofertado referente ao valor unitário.

7.9. O lance ofertado deverá ser apresentado com precisão de até 2 (duas) casas decimais (até 2 (duas) dígitos após a vírgula).

7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1 % (um por cento)**.

7.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.12. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14. O Pregoeiro poderá durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance (valor irrisório) que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.14.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.15. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e aberto.

Empate Ficto – previsão nos Artigos 44 e 45 da Lei n.º 123/06

7.16. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada (trata-se do empate ficto).

7.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Empate - previsão no Artigo 60 da Lei n.º 14.133/21

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipóteses em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, sucessivamente, aos bens produzidos por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, nos casos de licitação realizada por órgão ou entidade do Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187 de 29 de dezembro de 2009.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O critério de julgamento adotado será o de MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE E MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.2. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação e quanto à adequação ao objeto, conforme definido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

8.2.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao

benefício, conforme previsto neste Edital.

8.3. Caso a situação de empate persista após a aplicação do que está disposto no item **7.25.1**, os demais critérios de desempate serão utilizados somente depois do julgamento de conformidade das propostas dos licitantes empatados, nos seguintes termos:

I – A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, assim consideradas, inclusive, as propostas empatadas na hipótese prevista no caput (item **8.3**);

8.4. Após a verificação da conformidade das propostas, persistindo o empate, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados por meio do Sistema, vedado qualquer outro processo (IN SEGES/MGI n.º 79, de 12 de setembro de 2024 altera a Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022, para prever a hipótese de sorteio.)

Da Negociação

8.5. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante mais bem classificado, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.6. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes (quando o licitante recebe a notificação com o valor proposto pelo Pregoeiro e sua devida justificativa – momento em que deverá aceitar ou recusar a proposta do Pregoeiro).

8.7. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do Sistema, respeitada a ordem de classificação.

Do Registro da Intenção de Recurso

8.8. Após o término do julgamento das propostas, o Sistema automaticamente concederá o prazo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do Sistema, sob pena de preclusão.

8.8.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do Sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na Plataforma Compras.gov.br.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

9.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente vencedor o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II desse Edital – Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail sec.provisao@catalao.go.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no máximo **02 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte do licitante.

9.1.2.1. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, o licitante será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.1.5. Para a comprovação com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra (s), sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias corridos contados da solicitação. O regramento referente a apresentação de amostra (s) está previsto no Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

9.1.6. Quando solicitadas, as amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, o número desta licitação e o número do item a que se referem, e serem encaminhadas no endereço indicado pelo Pregoeiro.

9.1.7. As amostras deverão ser entregues seguindo os critérios estabelecidos no Termo de Referência, devidamente embaladas de forma a manter sua integridade, acompanhada de documentos de identificação.

9.1.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema e o Termo Circunstanciado de Avaliação publicado no site oficial.

9.1.9. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, conforme Termo de Referência.

9.1.10. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem

justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.1.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no termo de referência.

9.1.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e degustados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.1.13. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

9.1.14. A Administração não se responsabilizará pela amostra não recolhida pelo licitante após os prazos estipulados. A depender do estado de conservação do material, este poderá ser descartado ou aproveitado.

9.1.15. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização da avaliação.

9.1.16. A proposta será desclassificada quando:

- a) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- b) Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação (No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. A inexequibilidade pontuada, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e/ou inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta);
- c) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração e
- d) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.7. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea “b” acima.

9.8. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares a proposta, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

9.8.1. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.8.2. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais

atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexequibilidade ou ao valor excessiva de preços unitários quando o julgamento não é realizado sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existentes, desde que não alterem a substância da proposta.

9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, podendo abranger o nível I ao VI, do cadastro de pessoa física e a documentação especificada neste Edital.

10.2.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, em relação àqueles solicitados pelo Pregoeiro, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.3. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo dos licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.4. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública. Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, o licitante, na condição de vencedor, assim que solicitado pelo Pregoeiro, deverá apresentar a documentação comprobatória atualizada dos seguintes requisitos de habilitação:

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: Registro Comercial e cédula de identidade, ou;
- b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -

EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores; ou;

d) Não será admitida a participação de sociedades cooperativas na presente licitação, tendo em vista que o objeto da contratação envolve não apenas o fornecimento de bem, mas também a prestação de serviços técnicos especializados de instalação e implementação de equipamento de sinalização viária, os quais demandam estrutura organizacional hierarquizada, subordinação técnica, responsabilidade direta por execução contratual e assunção integral de riscos operacionais.

Tais características são incompatíveis, no caso concreto, com o regime jurídico das cooperativas, cuja atuação pressupõe autonomia dos cooperados e ausência de vínculo de subordinação, podendo comprometer a adequada execução contratual, a responsabilização técnica e o atendimento eficiente das demandas da Administração Pública.

e) Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação é considerado simples, sendo plenamente exequível por empresas que atuam individualmente no mercado.

A formação de consórcio, no presente caso, não se mostra necessária para a ampliação da competitividade, podendo, ao contrário, comprometer a eficiência do certame, dificultar a gestão contratual e a apuração de responsabilidades, especialmente considerando que o objeto consiste na aquisição de veículo tipo Veículo Urbano de Carga (VUC), novo, zero quilômetro, com implementação de equipamento específico para pintura de sinalização viária.

Ademais, verifica-se ampla oferta de fornecedores aptos a executar integralmente o objeto, não se justificando a adoção de solução consorciada.

f) No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As empresas licitantes deverão apresentar os seguintes documentos que comprovem a sua capacidade técnica, a fim de atender a necessidade da contratação:

- a) Deverá ser apresentado **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou fornecimento **pertinente e compatível** com o objeto da licitação. O atestado deverá evidenciar, de forma clara, a **efetiva entrega e o pleno funcionamento do objeto por período mínimo de 01 (um) ano**, podendo a Administração diligenciar para verificação da veracidade das informações prestadas.
- b) **Certificação de Adequação a Legislação de Trânsito – CAT** do mecanismo operacional (Resolução 916/2022-CONTRAN -Portaria 990/2022 – SENATRAN);
- c) **Apresentar laudo** que os vasos de pressão são fabricados **de acordo com a Norma NR-13** do Ministério do Trabalho;
- d) **Comprovante de Capacitação Técnica – INMETRO**
Deverá ser apresentado o **Comprovante de Capacitação Técnica (CCT)** junto ao INMETRO. Caso a licitante não seja a fabricante do equipamento, deverá apresentar, adicionalmente, a **nota fiscal de aquisição**, comprovando a origem do produto.
- e) **Atendimento à Normativa do CONTRAN**
Deverá ser apresentado **certificado ou relatório técnico** que comprove o atendimento à **Resolução CONTRAN nº 952/2022**, a qual regulamenta a fabricação de para-choque traseiro para veículos de carga.

Observação: É vedada a indicação do mesmo responsável técnico por mais de uma proponente, sob pena de inabilitação.

f) Catálogo Técnico dos Equipamentos

A licitante deverá apresentar **catálogo técnico completo** do equipamento ofertado, incluindo:

- Sistema de pintura;
- Pistolas de pintura mecânica e manual;
- Espalhadores de microesferas;
- Relação de peças de reposição.

Os catálogos deverão conter **informações técnicas detalhadas**, sendo **vedada a apresentação de fotos avulsas ou folhetos meramente ilustrativos ou montados**, de modo a possibilitar adequada análise e julgamento da proposta pela Administração.

g) Da exigência de Catálogo:

- g.1 As licitantes deverão apresentar, junto a proposta, catálogos/ficha técnica/carta do fabricante/folhetos técnicos ou documentos equivalentes oficiais do fabricante/fornecedor do item ofertado, para comprovação das características mínimas exigidas;
- g.2 Tais documentos serão utilizados para conferência de todas as características exigidas para o produto e comprovação dos requisitos técnicos do objeto, apresentados de forma nítida e legível, sem rasuras ou emendas, em original, ou impressos do site do próprio fabricante, com todas as características do produto ofertado, devendo conter no mínimo as especificações constantes no TR;
- g.3 Documentos impressos pela Internet somente serão considerados válidos, desde que este possibilite a averiguação da descrição do objeto e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo ex: <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;
- g.4 Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do documento ofertado;
- g.5 No caso de documento com diversos modelos, a proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação.
- g.6 Quando o documento estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;
- g.7 Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, o (a) pregoeiro (a) ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos.

NOTA TÉCNICA: Esta Nota Técnica tem como objetivo fundamentar a exigência de **Qualificação Técnica** relativa à indicação de um **Responsável Técnico com habilitação em Engenharia Mecânica**.

Do Objeto e da Complexidade da Solução Integrada A licitação visa a aquisição de uma **solução integrada** composta por um Veículo Urbano de Carga (VUC) novo, implementado com um conjunto operacional de pintura de sinalização viária. Não se trata de uma simples compra de um bem de prateleira, mas de uma unidade móvel que exige a **instalação de sistemas complexos** (pneumáticos, hidráulicos e mecânicos) sobre um chassi automotor.

Da Alteração das Características Originais do Veículo A implementação do equipamento de pintura demanda adaptações estruturais e elétricas no veículo original de fábrica. Conforme destacado nas fontes, é imperativo que essas modificações:

- Não afetem a **estrutura do veículo**.
- Sigam rigorosamente as diretrizes do **Manual de Instruções** do fabricante.
- Garantam a **compatibilidade técnica** entre o chassi/cabine e o sistema operacional de pintura.

Da Garantia de Segurança Viária e Operacional O acompanhamento por um engenheiro mecânico é a salvaguarda de que o veículo, após as adaptações, permanecerá **seguro para circulação em vias públicas**. Instalações inadequadas podem comprometer a estabilidade do veículo e o funcionamento de itens obrigatórios, gerando riscos de acidentes graves. Além disso, o profissional deve certificar que reservatórios de pressão atendem à **Norma NR-13** e que o para-choque traseiro respeita a **Resolução CONTRAN nº 952/2022**.

Da Preservação da Garantia Técnica A contratação exige que a vencedora assegure a **garantia integral de 12 meses** sobre o conjunto (veículo + implemento). A presença de um responsável técnico qualificado evita que adaptações mal executadas causem danos ao veículo e, consequentemente, levem à perda da garantia de fábrica por parte da montadora, o que causaria severo **prejuízo ao erário**.

Conclusão Portanto, a exigência de um **Responsável Técnico em Engenharia Mecânica** é medida **proporcional e indispensável**. Ela garante que todo o processo de integração da solução seja conduzido sob supervisão especializada, assegurando a **durabilidade do equipamento**, o cumprimento de normas técnicas rigorosas e a plena segurança dos servidores que operarão o veículo e da população em geral.

10.5. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

10.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitando o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, parágrafo 2º ao 6º da Lei n.º 5.764/1971.

10.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

10.5.3. O registro previsto no art. 107 da Lei n.º 5.764/1971.

10.5.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

10.5.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.5.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 f da Lei n.º 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.6. As exigências contidas nos itens acima atendem às formuladas pela legislação vigente e suas atualizações, não excluindo o cumprimento de determinações estabelecidas em outros regulamentos, que não foram mencionados neste edital.

10.7. Os documentos exigidos neste item que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

10.7.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo tal prazo ser alargado por igual período e motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte do licitante.

10.7.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.7.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, o licitante será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.8. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.8.1. Havendo dúvida razoável quanto a autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.8.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para **Rua Nassin Agel, 505 - Centro, Catalão - GO, 75700-000.**

10.9. Os documentos de habilitação deverão se referir a empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.9.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.9.2. Os documentos relativos a habilitação técnica, poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.10. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

10.11. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.11.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente, ou revogar a licitação.

10.12. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

10.12.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

10.13. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação a primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.13.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características: a) identidade dos sócios; b) atuação no mesmo ramo de atividades; c) data de constituição da nova empresa posterior a data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade; d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos; e) identidade ou proximidade de endereço dos estabelecimentos; f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

10.13.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará o licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo o licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

10.13.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender o licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração: a) inabilitará o licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração; b) relatará o fato a autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização do licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

11.1. Constatado que o licitante detentor da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, será declarada vencedora.

11.2. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no Sistema eletrônico e deverá:

I - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

II – conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

11.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.

11.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital.

11.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.9. Será disponibilizado um link para consulta de pasta zipada com os documentos habilitatórios no Quadro de Avisos.

Registro da Intenção de Recurso

11.10. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte (se houver), o Sistema automaticamente concederá o prazo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do Sistema, sob pena de preclusão.

11.10.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do Sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na Plataforma Compras.gov.br.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente.

Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA FASE RECURSAL

13.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos procedimentais praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133/21.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Após a adjudicação e homologação, será firmado Termo de Contrato e/ou emitida Nota de Empenho em substituição ao Termo de Contrato, para entrega imediata e integral, não restando obrigações futuras. A normatização da entrega e recebimento do objeto está prevista no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

14.2. O Termo de Contrato e/ou a Nota de Empenho será encaminhada para o endereço de e-mail informado pelo Contratado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a sua emissão, sendo necessário a assinatura e/ou aceite expresso em igual prazo, sob pena de decair à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

14.3. O aceite da Nota de Empenho emitida à Contratada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1. A referida Nota está substituindo o termo de contrato, aplicando-se à relação de negócio ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133/2021.

14.3.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e demais anexos.

14.3.3. Na hipótese de a descrição do objeto indicado na Nota de Empenho não contemplar de forma plena o detalhamento do objeto, prevalecerá aquela expressa no Termo de Referência.

14.3.4. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei n.º 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos

nos arts. 137 a 139 da mesma Lei.

14.4. Na assinatura do Termo de Contrato e/ou a Nota de Empenho, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas durante a vigência da contratação/obrigação.

14.5. Na hipótese do adjudicatário não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato e/ou aceitar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no Termo de Referência – Anexo I e no Termo Contratual.

15. DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo quando comprovadas as situações descritas no art. 124, inciso I, alínea “b”, inciso II, alínea “d”, Lei 14.133/2021

15.2. Após o interregno de um ano, e mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, conforme aplicação, pelo Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 25º, §8 da Lei 14.133/2021):

$$V_r = V_0 \times \frac{\text{IPCA final}}{\text{IPCA inicial}}$$

15.2.1. O referido pedido deverá vir acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços que fundamente o reajuste, conforme for a variação de custos objeto do reajuste.

15.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.2.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.2.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser

determinado pela legislação então em vigor.

15.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

II) Multa de:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida em caso de atraso no fornecimento e/ou fornecimento parcial do pedido, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso no fornecimento e/ou fornecimento parcial do pedido, por período superior ao previsto no subitem acima;
- c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso no fornecimento do produto objeto da contratação;
- d) 0,1% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme a infração e o

respectivo grau detalhado nas tabelas 1 e 2, abaixo; e

e) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “**IV**” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “**I**”, “**III**”, “**IV**” e “**V**” poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,1% ao dia sobre o valor do contrato pois trata-se de contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato administrativo.
2	0,2% ao dia sobre o valor do contrato pois trata-se de contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato administrativo.
3	0,4% ao dia sobre o valor do contrato pois trata-se de contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato administrativo.
4	0,8% ao dia de atraso sobre o valor do contrato pois trata-se de contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato

	administrativo.
5	1,6% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida do contrato pois trata-se de contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato administrativo.
6	2,8% sobre o valor do(s) item(ns) do contrato pois trata-se de contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato administrativo.
7	3,2% sobre o valor remanescente do contrato pois trata-se de contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato administrativo.

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o pois trata-se de contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato administrativo.	05
3	Não manter as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação que norteou a contratação	02
4	Rescisão do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação, motivado por falha cometida pela empresa apurada em processo administrativo de apuração de responsabilidade	07
5	Rescisão unilateral do contrato de fornecimento ou outro instrumento de contratação, por parte da empresa contratada	07
6	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do gestor e/ou equipe de fiscalização do contrato por ocorrência	03
7	Deixar de cumprir quaisquer obrigações do Edital e seus Anexos, não previstas nesta Tabela de multas, após a reincidência formalmente notificada pelo gestor e/ou equipe de fiscalização do contrato, por pedido de fornecimento e/ou por ocorrência	01

16.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

16.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

16.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, e quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

16.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente da Administração.

17.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, nos endereços eletrônicos:
www.gov.br/compras/pt-https://www.catalao.go.gov.br/transparencia/documentos/licitacao.

17.9.1. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da Administração, eis: Rua Nassin Agel, n. ° 505, Bairro Centro, Catalão-Goiás, na Secretaria de Provisão e Suprimentos, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 17 horas.

17.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Anexo II - Modelo de Proposta de Preços
- c) Anexo III – Minuta de Contrato

Catalão-GO, 19 de maio de 2026.

Edital elaborado por: **Bruna Ramos Pontes**
Agente de Contratação – Decreto Municipal n.º 1364/2025

Edital aprovado por: **Ronaldo Pereira Rosa**
Secretário de Trânsito de Catalão
Município de Catalão – Goiás

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO PROPOSTA

1.1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

Constitui o **OBJETO** do presente Termo de Referência a aquisição de solução integrada de sinalização viária, composta por veículo espécie carga tipo Veículo Urbano de Carga - VUC chassi cabine automotor, novo, zero km, implementado com conjunto operacional de pintura, incluindo entrega técnica, treinamento e garantia integral, visando atender as demandas da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão. As condições, quantidades, exigências e especificações técnicas estão destacadas neste termo de referência, *doravante denominado simplesmente TR, devendo-se observar a seguinte TABELA REFERENCIAL:*

Item	Descritivo do Item	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Médio Unitário (R\$)	Preço Médio Total (R\$)
01	<p>Conjunto composto de veículo com equipamento acoplado:</p> <p><u>DESCRIÇÃO DO VEÍCULO:</u></p> <p>Veículo novo, 0(zero) Km; tipo Urbano de Carga – VUC, chassi cabine automotor, espécie carga com fabricação modelo do ano da contratação ou ano posterior, cor branca original de fábrica, 02 (duas) portas, sistema de alimentação: injeção eletrônica; tração traseira; direção hidráulica ou elétrica; cabine simples; capacidade de ocupantes: 03 passageiros incluindo motorista; combustível a diesel; Potência mínima de 129 CV-3800 RPM; 4 cilindros em linha; Peso bruto total máximo de 3.500 Kg; Transmissão de 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré com sinalização sonora adaptada de acordo com o manual do fabricante, dentro das normas técnicas de qualidade e segurança vigentes; freios ABS, roda de aço, aros mínimo 15, pneu 195/70 R15; 01 estepe; Capacidade do tanque de combustível: mínima de 60 litros; Capacidade mínima de carga mais carroceria de 2.000 Kg,</p>	Unidade	01	295.450,00	295.450,00

	<p>Cinto de Segurança retráteis com 3 pontos com regulagem de altura; painel com conta-giros, hodômetro digital (total e parcial), para-choque traseiro e dianteiro na cor veículo; Retrovisores externos com comando interno mecânico e maçanetas, vidros e travas elétricos, ar condicionado (quente e frio); Airbag para motorista e passageiro; rádio mp3 com entrada USB, Bluetooth, banco em tecido na cor preta com apoio de cabeça; faróis de neblina; freios traseiros com válvula proporcionadora sensível a carga (LSPV).</p> <p>Medidas do veículo: Comprimento (mm): Entre 4.800 a 5.560; Largura (mm): Entre 1.700 a 2.070; Altura descarregado (mm): Entre 1.700 a 2.290; Distância entre eixos (mm): Entre 2.400 a 3.750.</p> <p>Medidas da carroceria: Comprimento mínimo (mm): 2.900; Largura mínima (mm): 1.700; Altura mínima (mm): 1.700; Material: Metálico.</p> <p>Veículo dirigido por motorista com Carteira Nacional de Habilitação do Tipo "B", contendo todos os equipamentos obrigatórios de segurança previstos em lei.</p>				
02	<p><u>DESCRIÇÃO DO CONJUNTO OPERACIONAL:</u></p> <p>Conjunto de sinalização (letreiros de LED, setas e faixas refletivas) na parte traseira. Na parte dianteira superior (teto da cabine do veículo), sinalizador linear em LED's montado em perfil de alumínio ou outro material de alta resistência mecânica; LED's com no mínimo 1W (altíssimo brilho), 40 lm cada, distribuídos equitativamente por toda a extensão do sinalizador permitindo visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos, dotado de lente colimadora de engenharia que intensifica o efeito visual do equipamento; Sistema de controle central único, comandado por micro controlador digital,</p>	Conjunto	21 itens compõem o conjunto	248.000,00	248.000,00

	<p>capaz de gerar diversas funções para sinalização de trânsito com sequências de lampejos luminosos de altíssima frequência; Tensão de alimentação: 12V; A estrutura deverá ficar devidamente fixada no teto da cabine do veículo de forma centralizada. No teto do veículo deverão ser instaladas lâmpadas para trabalho noturno. Faixas refletivas nas laterais e traseira do equipamento de acordo com as normas vigentes.</p> <p>1) 02 (dois) Reservatórios para tinta em Aço Inox galvanizado a fogo com capacidade de 150 (cento e cinquenta) litros cada, fabricado sobre normas NR-13, pressurizado, com todos dispositivos de segurança. Tampas dos tanques com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) mm de diâmetro, estampadas em chapa de ¼” monobloco, fixadas com seis presilhas anatômicas que dispensem uso de ferramentas e vedação em borracha viton, bocal de alimentação com peneira estampada em aço. Misturadores Hidráulicos individuais com funcionamento independente para cada tanque de tinta, com regulação de velocidades e sentido de rotação com tubulação independente que permita pintar com duas cores, na saída de tinta filtros para tinta que possibilite a limpeza sem a necessidade de desmontagem Filtros no circuito das tintas para evitar grumos e impurezas no interior das Pistolas.</p> <p>2) 01 (um) Reservatório auxiliar em aço Inox galvanizado a fogo para microesferas de vidro, fabricado sobre normas NR-13, capacidade mínima de 40 (quarenta) quilos, pressurizado, válvulas de segurança, tampa dos tanques com um diâmetro mínimo de 260 mm, estampada a frio em chapa de Aço com ¼” de espessura, fixada com três presilhas anatômicas que dispensem o uso de ferramentas e vedação em borracha nitrílica, bocal de alimentação com peneira estampada em aço.</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>3) 01 (um) tanque para Solvente pressurizado, com aproximadamente 10 (dez) litros, para armazenar solvente com todos os dispositivos de segurança, para Solvente, em aço carbono, destinado para limpeza automática das pistolas e encanamento de tinta destinado a limpeza automática das pistolas de pintura e encanamento de tinta.</p> <p>4) 01 (um) Reservatório pressurizado em aço galvanizado a fogo, com capacidade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) kg; para Micro Esferas de Vidro; com saída apropriada para alimentar os espalhadores de microesfera de vidro, com válvulas de segurança, manômetros e bocal de alimentação com peneira;</p> <p>5) 01 (um) Pulmão de Ar em aço (inox ou carbono) compatível com o compressor.</p> <p>6) 03 (três) Aplicador (pistola mecânica) de tinta especial para demarcação de faixas rodoviárias, contínuas ou seccionadas, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em latão e inox, com bico intercambiável em metal duro ou em RCC e tungstênio, controle pneumático de abertura e fechamento. O fluxo de ar de abertura de atomização e o de material de pintura deverão ser totalmente independentes, com largura de 0,10 cm a 0,30cm.</p> <p>7) 01 (um) Aplicador (pistola manual) de tinta especial para demarcação de faixas de rodovias, ciclovias, lombadas, letras, zebraos, bordos, setas, símbolos e meio fio, desenhado para ser utilizado em maquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em metal leve e tubulação em inox, bico em metal duro ou em RCC e tungstênio, cabo longo, no mínimo 550 mm, desenvolvido para proporcionar comodidade e</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>conforto ao aplicador, cujo peso não exceder 1,2 kg (um quilo e duzentas gramas); Essas Pistolas manuais longas, duplo estágio, servem para pintura de guias de sarjetas, legendas, passagem de pedestres, postes, muros, setas, legendas e demais serviços manuais, especialmente desenvolvida para esta finalidade. Corpo da pistola fabricado em material leve e tubulação em aço inox comando com duplo estágio sendo um somente para ar (limpezas) e um para pulverizar a tinta. Bicos para pintura em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão, Oring's em material viton para resistência ao solvente, Cabo longo com 550 mm de comprimento para o operador trabalhar em pé, ergonomicamente correto, aumentando o rendimento e não prejudicando sua coluna dorsal. Não excede a um quilo e duzentos gramas de peso, conectada com 10 metros de mangueira flexível de duplo conduto (Ar/Tinta) resistente ao solvente.</p> <p>8) 03 (três) Aplicador (espalhador), pressurizado para aspersão de microesferas de vidro, em faixas continua ou seccionadas, para utilização em máquinas ou veículos de sinalização viária. Deve possuir sistema especial de fechamento, que permite a carga de microesferas de vidro, por gravidade ou pressão, com bico para regulagem do leque;</p> <p>9) 1 (um) Programador de Cadencias, com medidas variáveis, ilimitadas podendo fazer qualquer medida tanto pintada quanto vazia e capaz de soltar os jatos de tintas na forma da regulagem, sem necessidade de um operador abrir ou fechar manualmente. Com tecnologia Smart Stop:</p> <p>Que desliga automaticamente a pistola quando o equipamento de demarcação para de se movimentar; Sempre que o sentido de deslocamento do equipamento é alterado, o programador identifica a mudança evitando que</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>as configurações e medidas da pintura sejam alteradas.</p> <p>E também dá a opção de saber quantos metros lineares foram pintados no final do dia de trabalho (totalizador).</p> <p><u>Segue especificação do programador de cadências:</u></p> <p>Programação - 1 pistola</p> <p>Visores - 2(45x23mm)</p> <p>Delay - elétrica</p> <p>Frequência carga resistiva - 10 Hz/MHz</p> <p>Frequência carga indutiva - 10 Hz/MHz</p> <p>Tempo de ciclo - >0,1 TC (40 Hz/MHz)</p> <p>Entrada e Saída - 35 I/OS, todas rápidas (acima de 5khz)</p> <p>Entrada e Saída - 35 I/OS, todas rápidas (acima de 5khz)</p> <p>Encoder - em aço galvanizado, pintura epóxi</p> <p>Pulsos por ciclo - 40</p> <p>Medidas Fixas - 10</p> <p>Sensores - óticos (PNP Superior a 4mm)</p> <p>Contador de alta precisão - 16 bits e 32 bits para cálculos</p> <p>Resolução - inferior a 1 segundo.</p> <p>10) 01 (um) motor estacionário de 27 CV Diesel, que suporte trabalhos de pintura de 12 (doze) horas intercaladas, compatível com o compressor de ar referido abaixo;</p> <p>11) 01 (um) Compressor de ar de, no mínimo, 60 PCM, 3 (três) cilindros, pressão 120 (cento e vinte) libras/polegadas, estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão que permite a utilização de martetele pneumático para implantação de tachas e tachões, que permita também a utilização de soprador para limpeza das áreas a serem pintadas;</p> <p>contudo esse Conjunto Moto Compressor possui Motor a diesel, capacidade mínima de</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>23HP, 3.600 RPM, 3 cilindros, refrigerado água, partida elétrica;</p> <p>Compressor Parafuso ou Pistão capacidade mínima 60 PCM, dotado de filtros na admissão e dois Radiadores, um para o óleo compressor e um para refrigerar todo o ar comprimido.</p> <p>12) 01 (um) Estrutura em aço carbono para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, porta cones na porta traseira da carroceria, compartimento fechado para guarda de ferramentas e porta gabaritos. Sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts;</p> <p>13) 01 (um) Carrinho mecânico hidráulico, no eixo em aço carbono, com volante hidráulico para direcionamento de 02 pistolas mecânica, e 02 espalhadores. Carrinho MANUAL no bordo para uma pistola mecânica e um espalhador.</p> <p>14) 02 (dois) Conjuntos montados com saídas transversais para as laterais da plataforma, com movimentos direcionais horizontais comandados hidraulicamente através de volantes automotivos instalados estrategicamente à disposição do (s) operador (es), servindo inclusive para compensar alguma diferença de alinhamento. Todas as articulações são rolamentadas, tanto horizontais quanto verticais, não havendo nenhuma parte deslizante de ferro com ferro, evitando desgastes e folgas prematuras e indesejadas. Permite abertura total de operação de até 3.000mm entre pistolas para pintura simultânea. Movimento vertical para levantar (recolher) e baixar para posição de trabalho dos conjuntos de pintura feitos por sistema pneumático, com acionamento junto ao próprio conjunto, não havendo necessidade de desmontagens ao final do turno ou deslocamentos. Esteiras rolantes para suporte</p>				
--	---	--	--	--	--

	<p>das mangueiras. Válvulas de abertura e fechamento das tintas e do solvente.</p> <p>LADO ESQUERDO: (EIXO)</p> <p>02 (duas) pistolas mecânicas especiais para pintura de pavimento, fabricada em alumínio e inox, com bico intercambiável em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão, sistema de comando eletropneumático à distância pelo automático intercalador ou manual, vedação em borracha viton, a regulagem da altura das pistolas (largura da faixa) através de fuso que dispensa uso de ferramentas. Uma das Pistolas deverá estar ligada direto com os dois tanques para facilitar a troca e pintura de duas cores.</p> <p>02 (dois) espalhadores para microesferas de vidro, genuinamente nacionais, que recebam o material pressurizado e pulverizem-no com pequena pressão de ar.</p> <p>LADO DIREITO: (BORDO)</p> <p>01 (uma) pistola mecânica especial para pintura de pavimento, fabricada em alumínio e inox, com bico intercambiável em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão, sistema de comando eletropneumático à distância pelo automático intercalador ou manual, vedação em borracha viton, a regulagem da altura das pistolas (largura da faixa) através de fuso que dispensa uso de ferramentas.</p> <p>01 (um) Espalhador para microesferas de vidro, genuinamente nacionais, que recebam o material pressurizado e pulverizem-no com pequena pressão de ar.</p> <p>15) 02 (dois) Válvula de segurança compatível com o compressor.</p> <p>16) 01 (um) Mangueira hidráulica R2 de tinta viária a base de solvente com comprimento mínimo de 10 metros e configurações mínimas de ½ x 2 mm;</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>17) 01 (um) Mangueira de ar de no mínimo 10 metros com espessura mínima de 1,5 mm.</p> <p>18) 01 (um) Tanque de óleo hidráulico com capacidade de 40 litros.</p> <p>19) 01 (um) Bomba hidráulica compatível com a necessidade do bom funcionamento do equipamento.</p> <p>20) 01 (um) Plataforma montada sobre o chassi com medidas mínimas de 2800mm x 1900mm x 2000mm de altura, montada com perfis tubos, chapas lisas e corrugadas para pisos, escada, todo material em aço 1010 x 1020, acabamento final em pintura epóxi eletrolítico na cor indicada pelo município, piso em chapa 1020.</p> <p>21) 01(um) Carroceria metálica com armário escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones. A carroceria deverá vir com estrutura metálica para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, compartimento fechado para guardar ferramentas e porta gabaritos, conter cobertura para a proteção do operador, escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones, guarda corpo para proteção, sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts. A carroceria e a plataforma devem receber tratamento adequado proporcionando maior durabilidade e qualidade. A cor será indicada pelo Município.</p>				
VALOR TOTAL (R\$)					543.450,00

Valor total estimado da contratação: **R\$ 543.450,00 (quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos e cinquenta reais).**

O objeto desta contratação é caracterizado como **comum**, uma vez que são bens/serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. O presente processo tem como objetivo a aquisição de um conjunto composto por 01 (um) veículo espécie carga tipo Veículo Urbano de Carga - VUC chassi cabine automotor, zero km, implementado com equipamento para pintura de sinalização viária, capaz de realizar aplicação simultânea de tinta a frio e esferas de vidro, demarcações, faixas contínuas e seccionada do eixo ou do bordo da via.

1.2.2. Tanto o veículo quanto os equipamentos de pintura deverão ser novos, de boa qualidade, obedecer às normas e padrões da ABNT/NBR, INMETRO, legislação de trânsito e suas normas vigentes.

1.2.3. O veículo e seus equipamentos deverão ser entregues com todas as suas documentações ao Município de Catalão, e registrado e emplacado no nome do Município de Catalão CNPJ 01.505.643.0001-50.

1.2.4. Os reparos ou troca, nos itens em garantia, quando apresentarem defeitos, deverão ser feitos na região de Catalão - GO ou a CONTRATADA deverá enviar pessoal especializado para troca ou reparos.

1.2.5 Todas as alterações do veículo e a montagem dos implementos deverão ser executadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Instruções.

1.3 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA O VEÍCULO

1.3.1 A tabela a seguir estabelece as especificações e descrições do veículo de carga de pequeno porte:

Item	Especificação/Descrição
Características Gerais:	Veículo novo, 0(zero) Km; tipo Veículo Urbano de Carga – VUC, chassi cabine automotor, espécie carga com fabricação modelo do ano da contratação ou ano posterior, cor branca original de fábrica, 02 (duas) portas, sistema de alimentação: injeção eletrônica; tração traseira; direção hidráulica ou elétrica; cabine simples; capacidade de ocupantes: 03 passageiros incluindo motorista; combustível a diesel; Potência mínima de 129 CV-3800 RPM; 4 cilindros em linha; Peso bruto total máximo de 3.500 Kg; Transmissão de 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré com sinalização sonora adaptada de acordo com o manual do fabricante, dentro das normas técnicas de qualidade e segurança vigentes; freios ABS, roda de

	<p>aço, aros mínimo 15, pneu 195/70 R15; 01 estepe; Capacidade do tanque de combustível: mínima de 60 litros; Capacidade mínima de carga mais carroceria de 2.000 Kg, Cinto de Segurança retráteis com 3 pontos com regulagem de altura; painel com Conta-giros, hodômetro digital (total e parcial), para-choque traseiro e dianteiro na cor veículo; Retrovisores externos com comando interno mecânico e maçanetas, vidros e travas elétricos, ar condicionado (quente e frio); Airbag para motorista e passageiro; rádio mp3 com entrada USB, Bluetooth, banco em tecido na cor preta com apoio de cabeça; faróis de neblina; freios traseiros com válvula proporcionadora sensível a carga (LSPV).</p> <p>Veículo dirigido por motorista com Carteira Nacional de Habilitação do Tipo “B”, contendo todos os equipamentos obrigatórios de segurança previstos em lei.</p>
Comprimento do veículo	<p>Comprimento (mm): Entre 4.800 a 5.560;</p> <p>Largura (mm): Entre 1.700 a 2070;</p> <p>Altura descarregado (mm): Entre 1.700 a 2.290;</p> <p>Distância entre eixos (mm): Entre 2.400 a 3.750;</p>
Carroceria	<p>Comprimento mínimo (mm): 2.900;</p> <p>Largura mínima (mm): 1.700;</p> <p>Altura mínima (mm): 1.700;</p> <p>Material: Metálico</p>
Sinalização LED	<p>Conjunto de sinalização (letreiros de LED, setas e faixas refletivas) na parte traseira. Na parte dianteira superior (teto da cabine do veículo) sinalizador linear em LED's montado em perfil de alumínio ou outro material de alta resistência mecânica; LED's com no mínimo 1W (altíssimo brilho), 40 lm cada, distribuídos equitativamente por toda a extensão do sinalizador permitindo visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos, dotado de lente colimadora de engenharia que intensifica o efeito visual do equipamento; Sistema de controle central único, comandado por micro controlador digital, capaz de gerar diversas funções para sinalização de trânsito com sequências de lampejos luminosos de altíssima frequência; Tensão de alimentação: 12V; A estrutura deverá ficar devidamente fixada no teto da cabine do veículo de forma centralizada. No teto do veículo deverão ser instaladas lâmpadas para trabalho noturno. Faixas refletivas nas laterais e traseira do equipamento de acordo com as normas vigentes.</p>

Imagem Meramente Ilustrativa



1.4 EQUIPAMENTO DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA MONTADO SOBRE O VEÍCULO

1.4.1 O equipamento para pintura de sinalização viária descrito no termo deverá estar acoplado sobre o veículo, de acordo com a legislação vigente, apto para realizar demarcação de sinalização de trânsito simultaneamente, faixas contínuas e seccionadas do eixo ou do bordo da via, conforme descrição abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	<p>Reservatórios para tinta em Aço Inox galvanizado a fogo com capacidade de 150 (cento e cinquenta) litros cada, fabricado sobre normas NR-13, pressurizado, com todos dispositivos de segurança. Tampas dos tanques com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) mm de diâmetro, estampadas em chapa de ¼” monobloco, fixadas com seis presilhas anatômicas que dispensem uso de ferramentas e vedação em borracha viton, bocal de alimentação com peneira estampada em aço. Misturadores Hidráulicos individuais com funcionamento independente para cada tanque de tinta, com regulagem de velocidades e sentido de rotação com tubulação independente que permita pintar com duas cores, na saída de tinta filtros para tinta que possibilite a limpeza sem a necessidade de desmontagem. Filtros no circuito das tintas para evitar grumos e impurezas no interior das Pistolas.</p>	02

02	Reservatório auxiliar em aço Inox galvanizado a fogo para microesferas de vidro , fabricado sobre normas NR-13, capacidade mínima de 40 (quarenta) quilos, pressurizado, válvulas de segurança, tampa dos tanques com um diâmetro mínimo de 260 mm, estampada a frio em chapa de Aço com ¼” de espessura, fixada com três presilhas anatômicas que dispensem o uso de ferramentas e vedação em borracha nitrílica, bocal de alimentação com peneira estampada em aço.	01
03	Tanque para Solvente pressurizado , com aproximadamente 10 (dez) litros, para armazenar solvente com todos os dispositivos de segurança, para Solvente, em aço carbono, destinado para limpeza automática das pistolas e encanamento de tinta destinado a limpeza automática das pistolas de pintura e encanamento de tinta	01
04	Reservatório pressurizado em aço galvanizado a fogo , com capacidade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) kg; para Microesferas de Vidro; com saída apropriada para alimentar os espalhadores de microesfera de vidro, com válvulas de segurança, manômetros e bocal de alimentação com peneira;	01
05	Pulmão de Ar em aço (inox ou carbono) compatível com o compressor	01
06	Aplicador (pistola mecânica) de tinta especial para demarcação de faixas rodoviárias, contínuas ou seccionadas, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em latão e inox, com bico intercambiável em metal duro ou em RCC e tungstênio, controle pneumático de abertura e fechamento. O fluxo de ar de abertura de atomização e o de material de pintura deverão ser totalmente independentes, com largura de 0,10 cm a 0,30cm.	03
07	Aplicador (pistola manual) de tinta especial para demarcação de faixas de rodovias, ciclovias, lombadas, letras, zebrados, bordos, setas, símbolos e meio fio, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em metal leve e tubulação em inox, bico em metal duro ou em RCC e tungstênio, cabo longo. No mínimo 550mm, desenvolvido para proporcionar comodidade e conforto ao	01

	<p>aplicador, cujo peso não exceder 1,2 kg (um quilo e duzentas gramas);</p> <p>Essas</p> <p>Pistolas manuais longas, duplo estágio, servem para pintura de guias de sarjetas, legendas, passagem de pedestres, postes, muros, setas, legendas e demais serviços manuais, especialmente desenvolvida para esta finalidade. Corpo da pistola fabricado em material leve e tubulação em aço inox comando com duplo estágio sendo um somente para ar (limpezas) e um para pulverizar a tinta. Bicos para pintura em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão, Oring's em material viton para resistência ao solvente, Cabo longo com 550 mm de comprimento para o operador trabalhar em pé, ergonomicamente correto, aumentando o rendimento e não prejudicando sua coluna dorsal. Não excede a um quilo e duzentos gramas de peso, conectada com 10 metros de mangueira flexível de duplo conduto (Ar/Tinta) resistente ao solvente.</p>	
08	<p>Aplicador (espalhador), pressurizado para aspersão de microesferas de vidro, em faixas continua ou seccionadas, para utilização em máquinas ou veículos de sinalização viária. Deve possuir sistema especial de fechamento, que permite a carga de microesferas de vidro, por gravidade ou pressão, com bico para regulagem do leque;</p>	03
09	<p>Programador de Cadencias, com medidas variáveis, ilimitadas podendo fazer qualquer medida tanto pintada quanto vazia e capaz de soltar os jatos de tintas na forma da regulagem, sem necessidade de um operador abrir ou fechar manualmente. Com tecnologia Smart Stop: Que desliga automaticamente a pistola quando o equipamento de demarcação para de se movimentar; Sempre que o sentido de deslocamento do equipamento é alterado, o programador identifica a mudança evitando que as configurações e medidas da pintura sejam alteradas.</p> <p>E também dá a opção de saber quantos metros lineares foram pintados no final do dia de trabalho (totalizador).</p> <p><u>Segue especificação do programador de cadencias;</u></p> <p>Programação - 1 pistola</p> <p>Visores - 2(45x23mm)</p> <p>Delay - elétrica</p> <p>Frequência de operação - 60 Hz/MHz</p>	01

	<p>Frequência carga resistiva - 10 Hz/MHz Frequência carga indutiva - 10 Hz/MHz Tempo de ciclo - >0,1 TC (40 Hz/MHz) Entrada e Saída - 35 I/OS, todas rápidas (acima de 5khz) Encoder - em aço galvanizado, pintura epóxi Pulsos por ciclo - 40 Medidas Fixas - 10 Sensores - óticos (PNP Superior a 4mm) Contador de alta precisão - 16 bits e 32 bits para cálculos Resolução - inferior a 1 segundo.</p>	
10	<p>Motor estacionário de 27 CV Diesel, que suporte trabalhos de pintura de 12 (doze) horas intercaladas, compatível com o compressor de ar referido abaixo;</p>	01
11	<p>01 (um) Compressor de ar de, no mínimo, 60 PCM, 3 (três) cilindros, pressão 120 (cento e vinte) libras/polegadas, estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão que permite a utilização de martetele pneumático para implantação de tachas e tachões, que permita também a utilização de soprador para limpeza das áreas a serem pintadas;</p> <p>contudo esse Conjunto Moto Compressor possui Motor a diesel, capacidade mínima de 23HP, 3.600 RPM, 3 cilindros, refrigerado água, partida elétrica;</p> <p>Compressor Parafuso ou Pistão capacidade mínima 60 PCM, dotado de filtros na admissão e dois Radiadores, um para o óleo compressor e um para refrigerar todo o ar comprimido.</p>	01
12	<p>Estrutura em aço carbono para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, porta cones na porta traseira da carroceria, compartimento fechado para guarda de ferramentas e porta gabaritos. Sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts;</p>	01
13	<p>Carrinho mecânico hidráulico, no eixo em aço carbono, com volante hidráulico para direcionamento de 02 pistolas mecânica, e 02 espalhadores. Carrinho MANUAL no bordo para uma pistola mecânica e um espalhador.</p>	01

14	<p>Conjuntos montados com saídas transversais para as laterais da plataforma, com movimentos direcionais horizontais comandados hidraulicamente através de volantes automotivos instalados estrategicamente à disposição do (s) operador (es), servindo inclusive para compensar alguma diferença de alinhamento. Todas as articulações são rolamentadas, tanto horizontais quanto verticais, não havendo nenhuma parte deslizante de ferro com ferro, evitando desgastes e folgas prematuras e indesejadas. Permite abertura total de operação de até 3.000mm entre pistolas para pintura simultânea. Movimento vertical para levantar (recolher) e baixar para posição de trabalho dos conjuntos de pintura feitos por sistema pneumático, com acionamento junto ao próprio conjunto, não havendo necessidade de desmontagens ao final do turno ou deslocamentos. Esteiras rolantes para suporte das mangueiras. Válvulas de abertura e fechamento das tintas e do solvente.</p> <p>LADO ESQUERDO: (EIXO)</p> <p>02 (duas) pistolas mecânicas especiais para pintura de pavimento, fabricada em alumínio e inox, com bico intercambiável em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão, sistema de comando eletropneumático à distância pelo automático intercalador ou manual, vedação em borracha viton, a regulagem da altura das pistolas (largura da faixa) através de fuso que dispensa uso de ferramentas. Uma das Pistolas deverá estar ligada direto com os dois tanques para facilitar a troca e pintura de duas cores.</p> <p>02 (dois) espalhadores para microesferas de vidro, genuinamente nacionais, que recebam o material pressurizado e pulverizem-no com pequena pressão de ar.</p> <p>LADO DIREITO: (BORDO)</p> <p>01 (uma) pistola mecânica especial para pintura de pavimento, fabricada em alumínio e inox, com bico intercambiável em RCC e tungstênio temperado para alta resistência à abrasão, sistema de comando eletropneumático à distância pelo automático intercalador ou manual, vedação em borracha viton, a regulagem da altura das pistolas (largura da faixa) através de fuso que dispensa uso de ferramentas.</p> <p>01 (um) Espalhador para microesferas de vidro, genuinamente nacionais, que recebam o material pressurizado e pulverizem-no com pequena pressão de ar.</p>	02
----	---	----

15	Válvula de segurança compatível com o compressor.	02
16	Mangueira hidráulica R2 de tinta viária a base de solvente com comprimento mínimo de 10 metros e configurações mínimas de ½ x 2 mm;	01
17	Mangueira de ar de no mínimo 10 metros com espessura mínima de 1,5 mm.	01
18	Tanque de óleo hidráulico com capacidade de 40 litros	01
19	Bomba hidráulica compatível com a necessidade do bom funcionamento do equipamento.	01
20	Plataforma montada sobre chassi com medidas mínimas de: 2.800mm x 1.900mm x 2.000mm de altura. A plataforma deverá ser montada com perfis, tubos, chapas lisas e piso de alumínio antiderrapante, devendo ser confeccionada em aço 1010 x 1020 tratado com fundo anticorrosivo e acabamento final em epóxi eletrolítico.	01
21	Carroceria metálica com armário escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones. A carroceria deverá vir com estrutura metálica para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, compartimento fechado para guardar ferramentas e porta gabaritos, conter cobertura para a proteção do operador, escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones, guarda corpo para proteção, sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts. A carroceria e a plataforma devem receber tratamento adequado proporcionando maior durabilidade e qualidade. A cor será indicada pelo Município.	01

Imagem Meramente Ilustrativa



1.5 DA GARANTIA TÉCNICA:

1.5.1 A contratada deverá apresentar na entrega do objeto, os documentos de certificação do fabricante de que está apta a assegurar em seu nome a garantia técnica, inclusive do veículo com adaptações, de forma a manter o atendimento em rede autorizada em todas as unidades da federação para solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização do veículo, sendo que a garantia deverá ser total, sem ressalvas em relação aos acessórios instalados pela empresa, com cobertura aos seguintes quesitos:

- a) Garantia total de 12 meses, no mínimo, para o veículo original de fábrica com as respectivas modificações exigidas pela CONTRATANTE.
- b) Garantia total de 12 meses, para os equipamentos adicionais e acessórios exigidos pela CONTRATANTE.
- c) Garantia total de 12 meses, para a pintura e carroçaria do veículo, incluindo o grafismo padrão exigido pela CONTRATANTE.
- d) O sistema elétrico deve ser totalmente compatível com as modificações e possuir garantia mínima de 12 meses.

e) O prazo a que se referem os subitens anteriores será interrompido durante o período em que o veículo permanecer indisponível aguardando as providências para reparação ou em manutenção pela CONTRATADA.

1.6 ENTREGA TÉCNICA DO VEÍCULO/EQUIPAMENTOS

1.6.1 A partir da data de entrega do conjunto, este será sumariamente inspecionado pela Equipe Técnica da CONTRATANTE, podendo ser rejeitados, caso não atendam às especificações exigidas no presente TR.

1.6.2 O conjunto deverá possuir todas as características mínimas descritas nas especificações atendendo a todos os requisitos mínimos exigidos nas especificações constantes no TR.

1.6.3. A entrega técnica será feita na sede da CONTRATANTE, ficando um técnico a disposição da mesma em tempo suficiente para aprendizagem sobre manutenção preventiva, cuidados básicos, operação e funcionamento da máquina de pintura, entre outros, devendo este não ser inferior a 03 (três) dias.

1.6.4. A empresa CONTRATADA no momento da entrega técnica deverá realizar todos os testes que comprovem o perfeito funcionamento do veículo e dos equipamentos, acoplados a ele, definidos neste TR.

1.6.5. Sob nenhuma hipótese será aceito o objeto sem suas respectivas documentações técnicas contendo os desenhos mecânicos e eletroeletrônicos (quando necessários), bem como, todos os manuais necessários para a correta manutenção preventiva e corretiva, ajustes, aferições e utilização/operação, que deverão ser entregues junto com o conjunto.

1.6.6. A Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão definirá um local (via pública) para a realização dos testes dos equipamentos. Caso no momento da entrega técnica fique comprovado defeitos, impossibilidade de realizar as obras solicitadas pela Prefeitura a ganhadora terá o prazo de até 30 dias úteis para os devidos consertos e adequações.

1.6.7. Após este prazo caso os defeitos ou inconformidades apontadas não tenham sido sanadas ou que ainda o equipamento não realize as operações definidas o veículo/equipamento será devolvido, sem ônus ou prejuízo para a Prefeitura, ficando todos os custos de transporte e demais por conta da CONTRATADA.

1.6.8. A conformidade do conjunto a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento apresentado pela CONTRATADA, contendo a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste TR e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, quantidade e forma de uso.

1.6.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego do material inadequado ou de qualidade inferior.

1.6.10. O conjunto será considerado recebido definitivamente somente após emissão de laudo de recebimento, atestando que o objeto está em conformidade com as especificações contidas no presente TR, devidamente documentado e assinado pela equipe técnica.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação do objeto descrito tem por justificativa atender as necessidades da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão no que tange a manutenção da sinalização viária municipal e em cumprimento ao Art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro, para isto, a Superintendência de Trânsito vem buscando melhorias constantes na segurança viária para os municípios.

2.2. A não execução, ou a execução de forma lenta da sinalização horizontal no espaço urbano gera riscos potenciais de acidentes graves ocasionando muitas vezes mortes e/ou danos à integridade física, prejuízos materiais e financeiros atingindo desde os envolvidos até o sistema de saúde.

2.3. A sinalização horizontal é fundamental para o fluxo correto e adequado de veículos nas vias urbanas, bem como, na importantíssima prevenção de acidentes de trânsito. Ao longo dos anos, o município de Catalão, em decorrência do aumento na frota de veículos, bem como de sua circulação, apresenta um maior desgaste na sinalização horizontal, além do exposto, é possível observar o aumento de vias pavimentadas com asfalto necessitando de sinalização e manutenções constantes.

2.4. A solicitação de um conjunto composto de veículo com mecânica operacional acoplado para sinalização viária horizontal é de suma importância, visando aumentar a eficiência num ambiente urbano que necessita de máxima agilidade e menos transtornos ao trânsito, bem como aumentar a capacidade de pintura da equipe de sinalização de trânsito, consequentemente ampliar a capacidade de implantação e reforço da sinalização horizontal para o Município de Catalão.

2.5. O novo equipamento também irá proporcionar a retirada de itens manuais gerando maior conforto ao colaborador além de maior eficiência e agilidade. Sobretudo além de atender os serviços ao qual o equipamento é destinado, este deverá atender a legislação de trânsito e demais normas de segurança e saúde do trabalho.

3. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 O prazo para entrega do veículo (caminhão) devidamente equipado será de até **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da **data de emissão da Nota de Empenho** pela Administração. Dentro desse período, a contratada deverá assegurar a entrega do caminhão já com o equipamento instalado, integrado e em pleno funcionamento, atendendo integralmente

às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência. O prazo estipulado contempla todas as etapas necessárias ao fiel cumprimento do objeto, incluindo aquisição, transporte, instalação, testes operacionais e disponibilização para recebimento provisório, não sendo admitidas entregas parciais ou em desconformidade com o contratado.

3.1.1 Ressalta-se, ainda, que a empresa vencedora da licitação referente aos equipamentos será integralmente responsável pelo transporte do caminhão até o local onde serão realizados os serviços de instalação, incluindo o deslocamento do veículo desde o Município de Catalão até a sede ou unidade da empresa contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública.

3.1.2. Juntamente ao ato de entrega dos itens adquiridos a CONTRATADA deverá fazer a entrega técnica do mesmo, esclarecendo dúvidas e questionamentos sobre uso e manutenções periódicas.

3.1.3. No ato do recebimento serão verificados itens obrigatórios e dispostos em edital, a fim de verificar suas condições técnicas e exigências mínimas constantes em contrato. Não será aceito veículo com quilometragem não próxima a zero, sendo considerada até 100 km, sendo assim, o mesmo deverá ser transportado em veículo apropriado (auto guincho) até a sede da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão.

3.1.4 O veículo deverá ser entregue com combustível suficiente para a realização da entrega técnica, não se admitindo quantidade inferior a 30 litros.

3.1.5 A critério da administração poderão ser solicitadas entregas nos seguintes endereços:

a) Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão - **Avenida João Netto de Campos, 185, Loteamento Santa Cruz (próximo à Rua Presidente Médici)**, em Catalão - GO, CEP: 75706-420;

b) Prefeitura Municipal de Catalão – **Rua Nassin Agel, 505 - Centro**, Catalão - GO, 75700-000.

O fornecedor obriga-se a entregar os produtos no local supramencionado.

3.2. No ato da entrega dos produtos o fornecedor deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do responsável pelo recebimento.

3.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

ETAPAS DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução, com prazo total de **90 dias corridos** a partir da Nota de Empenho, deve ser subdividido para garantir a rastreabilidade da integração da solução.

- **Fase 1: Entrega do Veículo Chassi:** A contratada deve disponibilizar o veículo tipo VUC novo (zero km) para o início do processo de implementação. O transporte do caminhão até o local de instalação é de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

- **Fase 2: Instalação e Adaptação:** Corresponde ao período de montagem do conjunto operacional de pintura sobre o chassi, seguindo rigorosamente as diretrizes do manual de instruções e normas técnicas (como a NR-13 para reservatórios).
- **Fase 3: Testes e Validação:** Antes da entrega final, a contratada deve realizar testes de campo em via pública definida pela Administração para comprovar o perfeito funcionamento do conjunto integrado.

RECEBIMENTO SISTEMATIZADO

Para maior segurança jurídica e controle de qualidade, o recebimento deve ser dividido em duas etapas distintas:

- **Recebimento Provisório:** Ocorre no ato da entrega física do veículo equipado na sede da contratante. Consiste em uma inspeção sumária para conferência visual de itens, quantidades e especificações básicas, como a quilometragem (máxima de 100 km) e nível de combustível.
- **Recebimento Definitivo:** Será efetuado somente após a conclusão da **entrega técnica assistida** e do **treinamento obrigatório de, no mínimo, 03 dias** para os servidores. O aceite final depende da emissão de um **laudo de conformidade** assinado pela equipe técnica, atestando que o objeto atende integralmente às especificações do TR.

FLUXO DE PAGAMENTO

O fluxo financeiro deve ser rigorosamente vinculado à conclusão satisfatória da etapa de recebimento e à conformidade documental:

- **Prazo e Condição:** O pagamento será realizado em **até 15 dias**, contados obrigatoriamente a partir do **Recebimento Definitivo**.
- **Etapas Prévias:** A liberação do crédito depende da liquidação da despesa, que envolve a conferência do atesto na Nota Fiscal e a verificação obrigatória da **regularidade fiscal** da contratada (especialmente perante o INSS e FGTS).
- **Medidas de Controle:** Não será permitido pagamento antecipado, e a Administração poderá efetuar glosas parciais caso parte do objeto seja entregue em desconformidade.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações sustentáveis:

- a) O objeto a ser fornecido deverá atender à descrição e especificações técnicas contidas no respectivo item/ou nas respectivas Normas emitida (s) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Manual do Fabricante, Instruções Normativas, ou outros documentos, informado (s) pelo Contratante, conforme o caso.

- b) A oferta de veículo automotor deverá atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- c) O veículo automotor deve atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.2 Subcontratação

4.2.1. Para garantir a segurança e requisitos técnicos e formais, é necessário que a aquisição seja feita em conjunto, podendo a CONTRATADA subcontratar as adaptações, porém permanecerá como responsável pelo conjunto e garantirá todas as certificações de capacidade técnica para a transformação do grafismo e equipamentos, além de atestar que as adaptações não afetarão a estrutura do veículo e/ou causar prejuízo ao erário, nem causar insegurança no trânsito.

4.3 Vistoria

4.3.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do objeto.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, período durante o qual subsistirão todas as obrigações das partes até a plena quitação do objeto. Trata-se, contudo, de **contrato de fornecimento com entrega única**, razão pela qual se faz necessária a distinção entre os marcos temporais do ajuste:

- (I) o **prazo de execução**, correspondente à entrega do veículo já equipado e devidamente instalado, que deverá ocorrer em até **90 (noventa) dias corridos**, contados da emissão da Nota de Empenho;
- (II) a **vigência contratual**, que abrange todo o período necessário à gestão, fiscalização, eventuais ajustes e encerramento das obrigações contratuais; e
- (III) o **prazo de garantia**, fixado em **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto, durante o qual a contratada permanecerá responsável pela correção de falhas, vícios ou defeitos, sem ônus adicional para a Administração. Essa distinção assegura maior clareza quanto às responsabilidades e prazos aplicáveis em cada fase da contratação.

5.2. Este contrato poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, antes de seu vencimento.

5.3. As alterações neste instrumento contratual que forem necessárias para a plena execução de suas finalidades, deverão obedecer aos ditames legais contidos no art. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sempre devidamente fundamentadas e autorizadas pelas partes integrantes do presente pacto.

6. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

6.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

6.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE E MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

6.1.2 A aquisição de veículo com equipamento acoplado para pintura de sinalização de trânsito é necessária por se tratar de equipamentos que serão utilizados em conjunto, pois que se afetam reciprocamente.

6.1.3. Evidenciamos que a aquisição do item acoplado é indispensável, pois as adaptações podem acarretar danos ao veículo e/ou os equipamentos instalados nele e, conseqüentemente, comprometem a garantia dos bens incorporados bem como a garantia do veículo.

6.1.4. Sendo assim para garantir a segurança e requisitos técnicos e formais desta adaptação, é necessário que a aquisição seja feita em conjunto, podendo a CONTRATADA subcontratar as adaptações, porém permanecerá como responsável pelo conjunto e garantirá todas as certificações de capacidade técnica para a transformação do grafismo e equipamentos, além de atestar que as adaptações não afetarão a estrutura do veículo e/ou causar prejuízo ao erário, nem causar insegurança no trânsito.

6.2 Forma de Fornecimento

6.2.1 A Forma de Fornecimento do objeto deste Termo de Referência é **fornecimento integrado com entrega em etapas, nos termos deste instrumento**.

6.3 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

6.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.4 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- g) No caso de empresário individual: Registro Comercial e cédula de identidade, ou;
- h) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- i) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta

Comercial da respectiva sede, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores; ou;

j) Não será admitida a participação de sociedades cooperativas na presente licitação, tendo em vista que o objeto da contratação envolve não apenas o fornecimento de bem, mas também a prestação de serviços técnicos especializados de instalação e implementação de equipamento de sinalização viária, os quais demandam estrutura organizacional hierarquizada, subordinação técnica, responsabilidade direta por execução contratual e assunção integral de riscos operacionais.

Tais características são incompatíveis, no caso concreto, com o regime jurídico das cooperativas, cuja atuação pressupõe autonomia dos cooperados e ausência de vínculo de subordinação, podendo comprometer a adequada execução contratual, a responsabilização técnica e o atendimento eficiente das demandas da Administração Pública.

k) Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação é considerado simples, sendo plenamente exequível por empresas que atuam individualmente no mercado.

A formação de consórcio, no presente caso, não se mostra necessária para a ampliação da competitividade, podendo, ao contrário, comprometer a eficiência do certame, dificultar a gestão contratual e a apuração de responsabilidades, especialmente considerando que o objeto consiste na aquisição de veículo tipo Veículo Urbano de Carga (VUC), novo, zero quilômetro, com implementação de equipamento específico para pintura de sinalização viária.

Ademais, verifica-se ampla oferta de fornecedores aptos a executar integralmente o objeto, não se justificando a adoção de solução consorciada.

l) No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6.5 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

i) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

j) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

k) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF -

FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

6.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1. As empresas licitantes deverão apresentar os seguintes documentos que comprovem a sua capacidade técnica, a fim de atender a necessidade da contratação:

d) Deverá ser apresentado **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou fornecimento **pertinente e compatível** com o objeto da licitação. O atestado deverá evidenciar, de forma clara, a **efetiva entrega e o pleno funcionamento do objeto por período mínimo de 01 (um) ano**, podendo a Administração diligenciar para verificação da veracidade das informações prestadas.

e) **Certificação de Adequação a Legislação de Trânsito – CAT** do mecanismo operacional (Resolução 916/2022-CONTRAN -Portaria 990/2022 – SENATRAN);

f) **Apresentar laudo** que os vasos de pressão são fabricados **de acordo com a Norma NR-13** do Ministério do Trabalho;

d) **Comprovante de Capacitação Técnica – INMETRO**

Deverá ser apresentado o **Comprovante de Capacitação Técnica (CCT)** junto ao INMETRO. Caso a licitante não seja a fabricante do equipamento, deverá apresentar, adicionalmente, a **nota fiscal de aquisição**, comprovando a origem do produto.

e) **Atendimento à Normativa do CONTRAN**

Deverá ser apresentado **certificado ou relatório técnico** que comprove o atendimento à **Resolução CONTRAN nº 952/2022**, a qual regulamenta a fabricação de para-choque traseiro para veículos de carga.

Observação: É vedada a indicação do mesmo responsável técnico por mais de uma proponente, sob pena de inabilitação.

f) **Catálogo Técnico dos Equipamentos**

A licitante deverá apresentar **catálogo técnico completo** do equipamento ofertado, incluindo:

- Sistema de pintura;
- Pistolas de pintura mecânica e manual;
- Espalhadores de microesferas;
- Relação de peças de reposição.

Os catálogos deverão conter **informações técnicas detalhadas**, sendo **vedada a apresentação de fotos avulsas ou folhetos meramente ilustrativos ou montados**, de modo a possibilitar adequada análise e julgamento da proposta pela Administração.

g) **Da exigência de Catálogo:**

- g.1 As licitantes deverão apresentar, junto a proposta, catálogos/ficha técnica/carta do fabricante/folhetos técnicos ou documentos equivalentes oficiais do fabricante/fornecedor do item ofertado, para comprovação das características mínimas exigidas;
- g.2 Tais documentos serão utilizados para conferência de todas as características exigidas para o produto e comprovação dos requisitos técnicos do objeto, apresentados de forma nítida e legível, sem rasuras ou emendas, em original, ou impressos do site do próprio fabricante, com todas as características do produto ofertado, devendo conter no mínimo as especificações constantes no TR;
- g.3 Documentos impressos pela Internet somente serão considerados válidos, desde que este possibilite a averiguação da descrição do objeto e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo ex: <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;
- g.4 Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do documento ofertado;
- g.5 No caso de documento com diversos modelos, a proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação.
- g.6 Quando o documento estiver em língua estrangeira, o mesmo deverá ser traduzido para a língua portuguesa;
- g.7 Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, o (a) pregoeiro (a) ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos.

NOTA TÉCNICA: Esta Nota Técnica tem como objetivo fundamentar a exigência de **Qualificação Técnica** relativa à indicação de um **Responsável Técnico com habilitação em Engenharia Mecânica**.

Do Objeto e da Complexidade da Solução Integrada A licitação visa a aquisição de uma **solução integrada** composta por um Veículo Urbano de Carga (VUC) novo, implementado com um conjunto operacional de pintura de sinalização viária. Não se trata de uma simples compra de um bem de prateleira, mas de uma unidade móvel que exige a **instalação de sistemas complexos** (pneumáticos, hidráulicos e mecânicos) sobre um chassi automotor.

Da Alteração das Características Originais do Veículo A implementação do equipamento de pintura demanda adaptações estruturais e elétricas no veículo original de fábrica. Conforme destacado nas fontes, é imperativo que essas modificações:

- Não afetem a **estrutura do veículo**.
- Sigam rigorosamente as diretrizes do **Manual de Instruções** do fabricante.
- Garantam a **compatibilidade técnica** entre o chassi/cabine e o sistema operacional de pintura.

Da Garantia de Segurança Viária e Operacional O acompanhamento por um engenheiro mecânico é a salvaguarda de que o veículo, após as adaptações, permanecerá **seguro para**

circulação em vias públicas. Instalações inadequadas podem comprometer a estabilidade do veículo e o funcionamento de itens obrigatórios, gerando riscos de acidentes graves. Além disso, o profissional deve certificar que reservatórios de pressão atendem à **Norma NR-13** e que o para-choque traseiro respeita a **Resolução CONTRAN nº 952/2022**.

Da Preservação da Garantia Técnica A contratação exige que a vencedora assegure a **garantia integral de 12 meses** sobre o conjunto (veículo + implemento). A presença de um responsável técnico qualificado evita que adaptações mal executadas causem danos ao veículo e, consequentemente, levem à perda da garantia de fábrica por parte da montadora, o que causaria severo **prejuízo ao erário**.

Conclusão Portanto, a exigência de um **Responsável Técnico em Engenharia Mecânica** é medida **proporcional e indispensável**. Ela garante que todo o processo de integração da solução seja conduzido sob supervisão especializada, assegurando a **durabilidade do equipamento**, o cumprimento de normas técnicas rigorosas e a plena segurança dos servidores que operarão o veículo e da população em geral.

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ADOÇÃO DE RESERVA DE COTAS (ME/EPP)

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, bem como à Instrução Normativa TCM/GO nº 009/2023, que orienta os jurisdicionados quanto à aplicação do tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações públicas, registra-se que a regra geral é a adoção de mecanismos de incentivo, tais como a reserva de cotas. Todavia, a própria normativa estabelece hipóteses excepcionais que autorizam sua não aplicação, desde que devidamente motivadas.

No presente procedimento licitatório, o objeto consiste na **aquisição de veículo do tipo Veículo Urbano de Carga (VUC), chassi cabine automotor, novo, zero quilômetro, implementado com equipamento específico para pintura de sinalização viária**, configurando uma **solução integrada**, cuja funcionalidade depende da perfeita compatibilização entre o veículo e o implemento.

Nesse contexto, a não adoção da reserva de cotas encontra respaldo nos seguintes fundamentos técnico-jurídicos:

1. Divisão real e funcional do objeto

Embora o objeto apresente, em tese, componentes distintos (veículo e equipamento), sua finalidade administrativa somente se concretiza mediante a entrega de um **conjunto plenamente integrado e operacional**. A segmentação por cotas comprometeria a padronização, a compatibilidade técnica e a eficiência do resultado final, contrariando o interesse público.

2. Risco de prejuízo ao conjunto da contratação (art. 47 e art. 48, §3º, da LC nº 123/2006)

A imposição de reserva de cotas, no caso concreto, pode acarretar **prejuízo ao conjunto do objeto**, especialmente quanto à responsabilidade técnica, garantia, assistência pós-venda e integração entre os sistemas. Tal cenário poderia gerar conflitos contratuais entre fornecedores

distintos, dificultando a gestão e fiscalização do contrato, além de comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

3. Inviabilidade técnica e econômica da divisão

O mercado fornecedor desse tipo de solução é caracterizado pela oferta de **produtos integrados**, usualmente fornecidos por empresas que realizam tanto o fornecimento do veículo quanto a implementação do equipamento especializado. A criação de cotas artificiais pode resultar em **restrição indireta à competitividade**, aumento de custos operacionais, sobreposição de responsabilidades e eventual fracasso de itens.

4. Princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa, considerando não apenas o preço, mas também aspectos de eficiência e segurança da contratação. A aquisição do objeto de forma integral, sem reserva de cotas, promove **ganho de escala, simplificação da gestão contratual e maior segurança técnica**, atendendo de forma mais eficaz ao interesse público.

5. Previsão normativa para exceção (IN TCM/GO nº 009/2023)

A Instrução Normativa TCM/GO nº 009/2023 admite expressamente a não adoção de reserva de cotas quando comprovada a **inviabilidade técnica, prejuízo ao conjunto do objeto ou comprometimento da execução contratual**, situações estas devidamente demonstradas no presente caso.

Ressalta-se, por fim, que serão integralmente assegurados os demais benefícios legais às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, especialmente o **direito ao empate ficto e o prazo para regularização fiscal**, em conformidade com a legislação vigente.

Diante do exposto, conclui-se que a não adoção de reserva de cotas revela-se medida **legal, motivada e necessária**, plenamente alinhada aos princípios da administração pública e às diretrizes dos órgãos de controle, em especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados, com base nos critérios previstos no Edital e anexos, pelo Município de Catalão, por intermédio da Requisitante que acompanhará a entrega do objeto, controlando os prazos estabelecidos para entrega e a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, notificando a empresa **CONTRATADA** a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

7.2 A fiscalização representará o Município de Catalão e terá as atribuições previstas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. Prestar informações a respeito da entrega do produto e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à **CONTRATADA**;

- a) Manter o controle das Ordens de Fornecimento – OF emitidas e cumpridas, quando cabíveis;
- b) Verificar a conformidade da entrega do produto e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto deste instrumento e respectivas cláusulas;
- c) Atestar formalmente o fornecimento do objeto deste instrumento, as notas fiscais e as faturas correspondentes;
- d) Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade do produto fornecido pela **CONTRATADA**;
- e) Propor soluções para regularização das faltas e dos problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- f) Notificar a **CONTRATADA** quando necessário;
- g) Monitorar constantemente o nível de qualidade do produto e intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), causados diretamente à Administração ou a terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes, gestores e fiscais, ficando a Prefeitura Municipal de Catalão autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** o valor correspondente aos danos sofridos.

7.5. No exercício de suas atribuições fica assegurado à Fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento.

7.6 Fiscal designado para esta contratação:

Adriano Soares Correia – Matrícula- 109224 – Cargo: Chefe do Departamento de Engenharia de Trânsito e Projetos

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 São obrigações da **CONTRATADA**:

8.1.1. Manter, durante o período de vigência da contratação, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Catalão, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

8.1.2 Assinar o documento de contratação, devendo firmá-lo e devolvê-lo no prazo **de até 5 (cinco) dias úteis após a convocação**, através do e-mail sec.provisao@catalao.go.gov.br ou

diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Catalão pelo telefone (64) 3441-5000.

8.1.3. Providenciar a entrega dos produtos nos endereços indicados na Ordem de Fornecimento – OF, conforme solicitações por parte do requisitante e exigências deste Termo de Referência, obedecendo ao prazo de fornecimento estabelecido.

8.1.3.1. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Termo de Referência, sendo que o transporte até o (s) local (is) de entrega correrá exclusivamente por conta da empresa **CONTRATADA**, com força de trabalho própria e as suas expensas, bem como o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

8.1.4. Substituir, sempre que exigido pela **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

8.1.5. Garantir os produtos contra defeitos de fabricação e também contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

8.1.5.1 A **CONTRATADA** deverá garantir os produtos pelo prazo mínimo legal estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), quando outro não estiver especificado no descritivo técnico do objeto.

8.1.6. Fornecer produtos de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

8.1.7. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização nos locais indicados na Ordem de Fornecimento – OF conforme quantitativos dos produtos solicitados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

8.1.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, nos termos do Art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.8.1. Não transferir para a **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior quando houver inadimplência do **CONTRATADO**, nem mesmo poderá onerar o objeto deste instrumento.

8.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo fornecimento do objeto do presente instrumento e por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE**.

8.1.9.1. Fornecer, sempre que solicitados pela **CONTRATANTE**, os comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias e sociais dos empregados alocados no fornecimento do objeto.

8.1.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes do fornecimento, no prazo designado pela **CONTRATANTE**, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município, sendo que se a reparação, correção, remoção, reconstrução ou a substituição dos produtos não for realizada no prazo máximo designado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste instrumento e na Lei.

8.1.10.1 Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência ou irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do objeto.

8.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), causados diretamente à Administração ou a terceiros e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**, ficando a Prefeitura Municipal de Catalão autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** o valor correspondente aos danos sofridos.

8.1.11.1 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente instrumento.

8.1.12. Ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados, caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

8.1.13. Atender prontamente as orientações e exigências do agente de fiscalização, devidamente designado, inerentes à execução do objeto contratado.

8.1.13.1 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

8.1.14. Manter preposto aceito pela Administração nos horários e locais da obra ou do serviço para representá-la na execução do objeto, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

8.1.15. Emitir as Notas Fiscais no valor pactuado, apresentando-a a **CONTRATANTE** para ateste e pagamento.

8.1.16. Apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

8.1.17. Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto deste instrumento sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

8.1.19. Guardar sigilo sobre as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto.

8.1.20 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões do objeto,

observando, no que couber, o disposto nos Art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.21. Objetivando garantir a excelência dos fornecimentos ou da execução dos serviços, aliados a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados, as partes concordam com a assunção das seguintes cláusulas contratuais:

I - Em razão dos fornecimentos ou dos serviços contratados e por figurar na posição de operadora, nos termos do art. 5º, VII, da lei 13.709/18, a **CONTRATADA** se compromete a prestar os fornecimentos ou a executar os serviços, como também utilizar os dados pessoais a que tem acesso, única e exclusivamente para o desenvolvimento das necessidades do escopo da relação comercial com a Prefeitura Municipal de Catalão durante a vigência da relação comercial ou até a revogação do consentimento.

II - A **CONTRATADA** e seus colaboradores devem honrar o dever de sigilo das informações que têm acesso durante a vigência da relação comercial, mesmo após o término do vínculo, seja por meio físico, mídia eletrônica e até oralmente.

III - Eventuais informações confidenciais repassadas à **CONTRATADA** somente poderão ser abertas a terceiros mediante consentimento prévio e por escrito da Prefeitura Municipal de Catalão ou por determinação judicial. Da mesma forma, se compromete a **CONTRATADA** a prestar mútua colaboração e a informar a Prefeitura Municipal de Catalão em prazo não superior a 48 horas na eventualidade de ocorrência de incidente de segurança da informação com os dados pessoais tratados, bem como já informar as medidas técnicas adotadas com o objetivo de mitigar os danos.

IV - Fica ciente a **CONTRATADA** da necessidade de eliminar o mais breve possível as informações a que tiver acesso após a conclusão da prestação dos fornecimentos ou da execução dos serviços à Prefeitura Municipal de Catalão, somente mantendo armazenadas informações necessárias a cumprir exigências legais.

8.1.22. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Emitir Ordem de Fornecimento – OF para o fornecimento dos produtos pela **CONTRATADA**.

9.2. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto deste instrumento.

9.3. Franquear o acesso à **CONTRATADA** aos locais necessários à execução do fornecimento.

9.4 Comunicar a **CONTRATADA** por escrito de eventuais ocorrências, imperfeições, falhas e/ou irregularidades detectadas no curso da execução do fornecimento, fazendo constar na comunicação, expressamente, as medidas e prazos máximos para as correções e regularizações.

9.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

9.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos se estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

9.7. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através

dos documentos pertinentes.

9.8. Atestar nas notas fiscais o efetivo fornecimento do objeto e o seu aceite.

9.9. Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** nos termos do Edital e seus Anexos.

9.10 Aplicar à **CONTRATADA** as sanções regulamentares e contratuais.

9.11 A Prefeitura Municipal de Catalão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento do objeto do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Rescindir o Contrato, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura de Catalão e/ou de suas Autarquias, Fundos e Fundações, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Ficha	20260234
Órgão	05 SMTC
Unidade Orçamentária	0501 - SMTC
Função	06 – Segurança Publica
Subfunção	181- Policiamento
Programa	4309 – Trânsito Seguro e Monitorado
Ação	4282 – Manutenção da Superintendente Municipal de Trânsito de Catalão
Elemento de Despesa	449052 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso	171 – Multas de Trânsito

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado em até 15 (*quinze*) dias, contados a partir do recebimento definitivo, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, contendo o detalhamento do objeto entregue, devidamente atestada por agente responsável pelo recebimento, através de Depósito Bancário ou Chave PIX, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 Embora o prazo de **até 15 (quinze) dias** para pagamento, contado do recebimento definitivo, esteja adequado e alinhado às boas práticas administrativas, entende-se necessária a complementação do instrumento convocatório/contratual com a definição clara do **fluxo**

procedimental de execução da despesa, de modo a assegurar maior transparência, controle e segurança jurídica.

11.3 Assim, recomenda-se que o pagamento esteja condicionado ao cumprimento das seguintes etapas: **entrega do objeto**, **recebimento provisório** pelo fiscal do contrato (para verificação inicial da conformidade), **recebimento definitivo** pela comissão ou servidor designado (após a confirmação do pleno atendimento às especificações técnicas), **liquidação da despesa** (com a devida conferência documental, atesto da nota fiscal e verificação da regularidade fiscal da contratada) e, por fim, a **autorização e efetivação do pagamento**.

11.4 Adicionalmente, é recomendável a previsão de **cronograma físico-financeiro**, ainda que simplificado, vinculando os marcos de execução às etapas de pagamento, bem como a inclusão de cláusula expressa que discipline a possibilidade de **glosa parcial**, nos casos em que houver entrega em desconformidade parcial com o contratado, permitindo à Administração efetuar o pagamento proporcional à parcela efetivamente aceita, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.5 Por fim, sugere-se a atribuição clara de responsabilidades e prazos para cada etapa do fluxo (fiscal do contrato, gestor e comissão de recebimento), garantindo maior eficiência no acompanhamento da execução contratual e previsibilidade quanto à liberação dos pagamentos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e controle da despesa pública.

11.5.1. Para execução do pagamento o fornecedor deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o nome do banco, o número de sua conta corrente e agência Bancária ou Chave PIX, bem como o número da Ordem de Fornecimento – OF.

11.5.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao fornecedor e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Catalão.

11.6 A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outros de responsabilidade da empresa fornecedora.

11.7. Para fazer jus ao pagamento a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

11.8. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, observado o disposto no Parágrafo 3º do Art. 75 do Decreto Municipal nº 1877/2023.

11.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços.

11.10. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, desde que comprovadamente decorrentes de responsabilidade da Administração Pública, o valor devido será atualizado

monetariamente, bem como poderão incidir juros moratórios, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, aplicando-se os índices oficiais adotados pela Administração Pública, proporcionalmente ao período de atraso.

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

11.12. O reajuste será devido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, nos termos da legislação vigente.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 543.450,00 (quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme valores unitários e totais especificados na tabela do item 1.1 deste instrumento.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

- I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II) Multa de: (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do

contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

13.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador,	02

	por ocorrência;	
8	Substituir o preposto que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01

13.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

13.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, e quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

13.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º

de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Catalão- GO, 07 de maio de 2026.

Fernanda Porto Moreira

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

(Impresso em papel timbrado da empresa)

Apresentamos a nossa Proposta de Preços para a Aquisição de solução integrada de sinalização viária, composta por veículo espécie carga tipo Veículo Urbano de Carga - VUC chassi cabine automotor, novo, zero km, implementado com conjunto operacional de pintura, incluindo entrega técnica, treinamento e garantia integral, visando atender as demandas da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão, conforme estipulado no Edital, especificadamente no Termo de Referência (Anexo I).

Local e Data:			
Razão Social:			
CNPJ n.º:			
Referências Bancárias para pagamento: Conta n.º		Agência:	Banco:
Endereço Completo:			
Telefone:			
Dados do Representante Legal	Nome:		
	Endereço:		
	Profissão:	RG nº	CPF nº
	E-mail:	Tel.:	Tel.:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Declaramos,

a) **O preenchimento das seguintes informações: descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação n.º 90036/2026**

b) O prazo de validade **MÍNIMO** da proposta é de **90 (NOVENTA) DIAS**, contados a partir da data de sua apresentação e excluídos os prazos recursais previstos na legislação em vigor.

c) Declaramos estar inclusos na proposta todos os custos diretos e indiretos, tais como impostos, taxas, obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeita a empresa.

d) Somos cientes de que não será aceito o pedido para a alteração dos valores apresentados por meio desta proposta, sob a alegação de erro, omissão ou quaisquer outros pretextos, visto que a indicação e apresentação dos mesmos são de responsabilidade nossa;

e) Temos capacidade técnico-operacional para contratação de fornecimento de bem, com serviço associado de implementação/instalação, a ser formalizada por meio de contrato administrativo., para os quais apresentamos nossa proposta.

Catalão, ____ de ____ de ____.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Com carimbo da empresa)

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO DE ... Nº __/2026

Termo de Contrato de ... que entre si fazem o
_____ e a Empresa _____.

CONTRATANTE: O _____, pessoa jurídica de direito _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(a) seu(ua) Gestor(a), Sr.(a) _____, brasileiro(a), servidor(a) público(a) municipal, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) nesta cidade de Catalão-GO.

CONTRATADA: O(A) _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela(o) _____, e CPF nº _____ residente e domiciliado em _____.

Tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 2026015972 – Pregão Eletrônico n.º 90036/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 1.877, de 20 de março de 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 79 de 12 de setembro de 2024, Instrução Normativa do Tribunal de Contas dos Municípios Goianos – TCM/GO n.º 0009/2023 e Instrução Normativa Municipal nº 001/2026, da legislação complementar aplicável, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de solução integrada de sinalização viária, composta por veículo espécie carga tipo Veículo Urbano de Carga - VUC chassi cabine automotor, novo, zero km, implementado com conjunto operacional de pintura, incluindo entrega técnica, treinamento e garantia integral, visando atender as demandas da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório (**Pregão nº 90036/2026**) e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por período igual, desde que respeitando o regramento posto no capítulo V – Da Duração dos Contratos, art. 105 da Lei n.º 14.133/2021, com início na data de e encerramento em ...

2.2. A realização do objeto será iniciada após a assinatura deste contrato e emissão da ordem de serviço ou fornecimento, estipulando-se como prazo aquele descrito no Termo de Referência.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Catalão, por meio do Fundo Municipal de ..., para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Projeto de Atividade: Manutenção da Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão.

Dotação Orçamentária: 05.0501.06.181.4309.4282.449052

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e/ou Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O reajuste será devido após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, nos termos da legislação vigente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, poderá ser exigida da contratada, previamente à assinatura do contrato, a prestação de **garantia de execução**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE FORNECIMENTO / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

8.1. O regime de fornecimento é aquele previsto no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Para garantir a segurança e requisitos técnicos e formais, é necessário que a aquisição seja feita em conjunto, podendo a CONTRATADA subcontratar as adaptações, porém permanecerá como responsável pelo conjunto e garantirá todas as certificações de capacidade técnica para a transformação do grafismo e equipamentos, além de atestar que as adaptações não afetarão a estrutura do veículo e/ou causar prejuízo ao erário, nem causar insegurança no trânsito.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas a execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual é aquela prevista no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. De acordo com a Matrícula nº 109224, incumbe ao servidor Adriano Soares Correia com o cargo de Chefe do Departamento de Engenharia de Trânsito e Projetos a fiscalização e controle da execução deste contrato, parte integrante do certame.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13. As alterações neste instrumento contratual que forem necessárias para a plena execução de suas finalidades, deverão obedecer aos ditames legais contidos no art. 124 da Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, sempre devidamente fundamentadas e autorizadas pelas partes integrantes do presente pacto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à Contratada:

14.2. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.3. Interromper a entrega sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A Contratada reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no Capítulo VIII - Das Hipóteses de Extinção dos Contratos

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

15.5. Balanço atualizado dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao previsto no Termo de Referência;

15.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.7. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES POR ATRASO NA EXECUÇÃO

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:

I) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II) Multa de: (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade

administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir o preposto que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no	01

	edital/contrato;	
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01

17.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

17.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

17.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, e quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

17.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, seguindo o regramento imposto pela Lei n.º 14.133/2021 e TCM/GO.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

19.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Catalão, Estado de Goiás.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Catalão-GO, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____. CPF: _____
2. _____. CPF: _____